PORTO ALEGRE

INDICIADAS 9 PESSOAS PELAS MORTES DE PETs

Animais estavam em lojas alagadas durante a enchente. Para delegada, os responsáveis tinham condições de removê-los dos locais.

LUCAS ABATI
lucas.abati@rdgaucha.com.br

COBASI, REPRODUÇÃO

Um das lojas fica em subsolo de shopping

A Polícia Civil indiciou nove pessoas e quatro CNPJs pela morte de animais ocorrida dentro de três lojas de pets durante a enchente em Porto Alegre. Os inquéritos se referem aos casos das lojas da Cobasi, nas avenidas Praia de Belas e Brasil, e da loja Bicharada, no centro da Capital. O indiciamento foi feito pela Lei de Crimes Ambientais, artigo 32, quando há morte de animais. Segundo a polícia, na rede Cobasi foram sete indiciamentos. Na Bicharada, foram dois.

– Elas deveriam ter tomado essa decisão (de remover) no início, antes de alagar. Inclusive temos vídeo da gerente fechando essa loja às 20h olhando para o subsolo, onde não tinha mais nenhum carro – relatou a delegada Samieh Saleh, da Delegacia do Meio Ambiente do Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic).

– Nós identificamos que tanto as gerentes locais, como a regional, que é localizada lá em São Paulo, tinham o dever e poderiam agir para salvar esses animais e nada fizeram para isso. Antes do alagamento, poderiam ter tomado uma decisão tendo em vista que foi amplamente (divulgado) em todas as redes sociais, na mídia, imprensa, TV, que seria a maior enchente e que assolaria Porto Alegre. E mesmo assim mantiveram animais lá – afirmou Saleh.

Ainda sobre a unidade do Praia de Belas, conforme a investigação, morreram todos os cerca de 165 animais – entre roedores, aves e peixes – que estavam no local. A polícia relata que computadores foram encontrados no segundo pavimento da loja.

– Denota que as empresas e as gerentes tinham conhecimento de que poderia entrar água na loja, tanto é que levaram equipamentos para cima – constatou a delegada.

Resgatados

Na unidade da Avenida Brasil, voluntários tentaram resgatar animais e interagiram com empregados da Cobasi, que efetuaram a remoção dos pets que estavam vivos.

Informações obtidas pela polícia apontam que 348 animais estavam nesse local, mas não é possível precisar quantos foram resgatados. Para a equipe da Delegacia do Meio Ambiente, mesmo após o alagamento, ainda seria possível resgatar os animais.

– Após essas lojas terem sido alagadas, ainda assim essas pessoas que tinham o poder, o dever, que tinham a chave dessas lojas, que poderiam ir lá retirar esses animais, decidiram não retirar. A gente verifica aí essa omissão dessas gerentes, bem como das empresas em si – afirmou a delegada.

A Polícia Civil responsabilizou também os CNPJs, da loja Cobasi da Praia de Belas, da Avenida Brasil e da matriz da empresa.

– Por que uma empresa bilionária não tomou uma decisão de retirar esses animais antes? Ficaram oito dias sofrendo maus-tratos. Não é crível que uma empresa desse porte não teria condições de recolher esses animais, tanto na Avenida Brasil quanto na Praia de Belas – argumentou Samieh Saleh.

Alimento

Já na loja Bicharada, foram dois responsáveis indiciados, além do CNPJ da empresa. No local, também houve resgate de animais por voluntários.

Segundo a polícia, a água não invadiu totalmente a loja, mas os bichos estavam fechados, sem luz e sem alimentação.

Durante o inquérito, a empresa chegou a alegar que deixou água e ração para os animais. No entanto, a polícia aponta que os pets não têm condições de entender a situação e racionar os mantimentos.

– Eles ingeriram toda essa alimentação no primeiro dia, inclusive alguns peixes podem ter vindo a óbito em razão disso, porque eles não têm esse controle. Então essa alegação de que os animais ficaram bem nessas lojas não cabe – concluiu a delegada.

OS INDICIADOS

- a gerente regional (duas vezes) da Cobasi
- a responsável técnica (duas vezes) da Cobasi
- duas gerentes da unidade Praia de Belas da Cobasi
- três gerentes da Avenida Brasil da Cobasi
- na Bicharada, foram dois responsáveis indiciados

CONTRAPONTOS

O que diz a Cobasi

- Por nota, manifestou "completa indignação" ante o indiciamento. O texto argumenta que "a equipe da loja localizada no shopping Praia de Belas - assim como toda a população e autoridades do RS -, foi surpreendida por um evento da natureza de proporções imponderáveis (...) que, por si só, já tornaria incogitável que a causa da morte dos animais da loja possa ser distorcida para uma acusação de crime doloso que demandaria, inclusive, requintes de crueldade em sua configuração".
- A nota diz que estariam sendo ignoradas "as iniciativas tomadas pela administração do shopping Praia de Belas no endereçamento da situação, proibindo o ingresso de funcionários da Cobasi nas suas dependências, ao mesmo tempo em que emitia repetidos comunicados aos lojistas, informando-os que a situação encontrava-se administrada".

O que diz a loja Bicharada

- Informou que soube na manhã de ontem do indiciamento e que, em breve, iria se manifestar – o que não ocorreu até o fechamento desta edição.

Políticos entre investigados por desvios de donativos

HUMBERTO TREZZI
humberto.trezzi@zerohora.com.br

Irregularidades na distribuição de doações viraram prioridade de Ministério Público (MP) e Polícia Civil após a maior enchente da história do RS. Desde a última semana de maio foram seis ações contra desvios das doações, em cinco municípios: Alvorada, Eldorado do Sul, Cachoeirinha, Barra do Ribeiro e Palmares do Sul.

São investigados 15 políticos ou servidores municipais, além de 12 pessoas sem cargo público.

Os suspeitos são investigados por delitos como apropriação indébita, peculato e associação criminosa. No campo eleitoral, alguns podem responder por abuso de poder econômico e propaganda eleitoral antecipada.

Confira abaixo quem são os principais alvos de buscas realizadas pelas autoridades nos três municípios da Região Metropolitana.

Uma das ações do MP

MINISTÉRIO PÚBLICO, DIVULGAÇÃO

A SITUAÇÃO

ALVORADA

- São 11 investigados, entre eles o vice-prefeito Valter Luiz Slayfer (PSDB). Também foram alvos de busca um secretário, uma assessora técnica, uma superintendente de secretaria e um representante do Legislativo, além de seis pessoas sem cargo público.
- A polícia flagrou doações sendo retiradas dos centros oficiais por carros particulares e entregues em endereços que, conforme a investigação, não foram atingidos pela enchente.
- Por meio da assessoria, Slayfer informou que está à disposição prestar esclarecimentos.

ELDORADO DO SUL

- O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do MP fez buscas para averiguar desvio de donativos que teriam sido praticado por três pessoas ligadas à Defesa Civil municipal. Elas foram afastadas.
- Dois dos investigados atuavam como secretários do município são e pré-candidatos às eleições: Gelson Antunes Santos e João Carlos Ferreira, ambos do PDT.
- À reportagem, Santos diz que encontraram em sua casa poucos donativos, aos quais ele teria direito porque abriga sua enteada, que teve a casa inundada.
- Ferreira atribui a apuração a fofocas de opositores políticos, mas diz que decidiu abandonar a candidatura "por desgosto".

CACHOEIRINHA

- **Primeira investigação:** o Gaeco rastreou carreta que descarregou doações em depósito não oficial. Os donativos foram apreendidos. Três suspeitos são investigados. Eles estão relacionados a uma ONG ligada ao vereador Deoclécio Lourenço de Mello (PSDB).
- A família do vereador nega irregularidades e alega estar cadastrada junto à prefeitura para receber e distribuir doações.
- **Segunda investigação:** a Procuradoria da Função Penal Originária do MP aponta sobrepreço e superfaturamento na aquisição de bens às vítimas da enchente. O caso foi revelado em reportagem do Grupo de Investigação da RBS (GDI), que mostrou que uma distribuidora cobrou da prefeitura preços até 2.500% superiores ao valor praticado em supermercados.
- O MP realizou buscas nas instalações da prefeitura, bem como nas residências e empresas de investigados. Foram apreendidos documentos e eletrônicos.
- Entre os alvos, está o prefeito, Cristian Wasem Rosa (MDB). A prefeitura mandou nota: "anteriormente a qualquer notícia jornalística, no dia 25 de maio, fora determinada abertura de processo administrativo para apuração de possíveis irregularidades, que virou sindicância administrativa. A sindicância está realizando seus trabalhos de auditoria (...)".

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA DE AREIA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2024

O MUNICÍPIO DE TERRA DE AREIA, através da Secretaria Municipal de Saúde, torna público, que realizará através da plataforma eletrônica www.bllcompras.org.br (Bolsa de Licitações do Brasil – BLL) sistema licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico nº 008/2024, Processo Administrativo nº 2352/2024, cujo objeto consiste na Aquisição de Grupo Motor Gerador (GMG), Diesel, potência máxima de 150KVA, carenado e silenciado para regime de funcionamento Stand By ou Prime, com serviço de instalação incluído, para atender as necessidades de prestar atendimento de Terra de Areia/RS, conforme especificações junto ao Edital com anexos e seus anexos, declara aberta o recebimento das propostas comerciais até às 08 horas do dia 25/06/2024, início de envio na mesma data a partir das 09h30min. Maiores informações e entrega de editais no endereço eletrônico: www.bllcompras.org.br ou pelo site www.terradeareia.rs.gov.br com Sede em Terra de Areia, sito Rua Tancredo Neves, nº 500, fone (51) 3666-1131.

MARTA ANA ROHN HETTWER
Secretária Municipal de Saúde